

em reunião da Câmara Municipal de 23/03/2016, de acordo com o artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.

A indicação dos requisitos formais de provimento, do perfil exigido, da composição do júri, dos métodos de seleção e outras informações de interesse para apresentação de candidatura ao referido procedimento concursal, será publicitada na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt), até ao 2.º dia útil após a data da publicação do presente aviso na 2.ª série do *Diário da República*.

Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

08 de julho de 2016. — A Vereadora, *Ana Isabel da Encarnação Carvalho Machado*.

309724337

MUNICÍPIO DE SANTARÉM

Aviso n.º 9069/2016

Procedimento concursal para provimento de cargo de direção intermédia

Para efeitos do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008,

de 31 de dezembro, 3-B/2010 de 28 de abril, 64/2011, de 22 de dezembro e Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, adaptada à Administração Local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, faz-se público que, por meu despacho de 5 de dezembro de 2013 e por deliberação da Câmara Municipal de Santarém, de 16 de dezembro de 2013, será aberto procedimento concursal, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação na bolsa de emprego público (www.bep.gov.pt), que ocorrerá até ao 2.º dia útil após a publicação do presente aviso no *Diário da República*, para provimento do seguinte cargo de direção intermédia de 2.º Grau:

Chefe da Divisão de Educação e Juventude;

A indicação dos requisitos formais de provimento, perfil exigido, métodos de seleção, composição do júri, constarão da publicação na Bolsa de Emprego Público.

Em cumprimento da alínea *h*), do artigo 9.º, da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

13 de junho de 2016. — O Presidente da Câmara Municipal, *Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves*.

309724945